

**Pequenos grupos informais nas instituições: exercício da cidadania e da dimensão instituinte**  
***Small informal groups in institution: citizenship practices and ongoing processes of institutional development***

Nedio Antonio Seminotti\* – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil

Maria Lúcia Andreoli de Moraes – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil

Flávia Moises Rocha – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil

---

### Resumo

Este relatório de pesquisa apresenta um estudo desenvolvido na rede de grupos informais realizados no *campus* central da PUCRS. São considerados grupos informais os constituídos pelas necessidades, pelos desejos e/ou motivação de seus membros e não demandados pelas rotinas administrativas, de pesquisa ou do ensino da universidade. A pesquisa teve um delineamento misto. Participaram alguns coordenadores e componentes dos grupos. Os resultados indicam que são reconhecidos os grupos pela comunidade interna e externa à PUCRS como um método/caminho que acolhe, viabiliza e potencializa desejos, necessidades e metas dos participantes. Estes instituem uma organização que se articula com os organizadores formais da PUCRS, viabilizando a continuidade da vida coletiva. Os grupos são coordenados por líderes que o fazem com eficácia, sem um conhecimento teórico específico para tanto, e o significado do grupo é dar sentido à vida das pessoas que fazem parte dele.

*Palavras-chave:* grupos informais; cidadania; processos e organizações dos grupos.

### Abstract

This paper presents a study developed in meetings held by informal groups at the central campus of PUCRS. Informal groups are those that consider necessities, wants and/or motivations of their members. They are not demanded by any management, research or teaching routines of the university. This research has a combined design, involving coordinators and some participants of those groups. The results have indicated that the groups are acknowledged by both the internal and the external communities as a means/path to user embracement make viable and potentiates their members' wants, needs and aims. The members institute a group organization that is articulated with PUCRS' formal managers to make the continuity of collective life viable. The results have also pointed out that the groups are effectively coordinated by leaders that do not have a specific theoretical knowledge for that, and that the meaning of the group is to make their members' lives meaningful.

*Keywords:* small informal groups; citizenship practices; group processes and organization

---

## INTRODUÇÃO

Os grupos emergem no âmbito das instituições, espocando aqui e acolá, como forma de acolher sonhos dos que intentam propor soluções aos problemas ou às necessidades sociais não atendidas na universidade. Pertencentes a distintas coletividades, sejam definidas por territórios físicos, institucionais, organizacionais, sejam, com contornos delimitados através de agremiações, de corporações e de outras

entidades associativas, as pessoas se auto-organizam por meio do pequeno grupo. Seu objetivo é exercer a cidadania, falar sobre si, compartilhar problemas e dificuldades, refletir sobre eles e buscar possíveis soluções. Entre esses grupos, estão os formalmente constituídos pela iniciativa de organizações, de entidades associativas, de comunidades e de outras instituições e outros que se constituem sem essa mediação, ou

---

\* Apoio institucional: Edital Universal CNPQ e bolsa de iniciação científica BPA/PUCRS. Endereço para Correspondência: Nedio Seminotti. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Av. Ipiranga, 6.681, prédio 11, sala 939, cep: 90619-900. End.eletrônico: [nedio.seminotti@pucrs.br](mailto:nedio.seminotti@pucrs.br) fone: 3320-3500 ramal 4474. site: <http://www.pucrs.br/uni/poa/psico/pos/pequenosgrupos/>

seja, os constituídos informal e autonomamente por seus membros. Os criados pela iniciativa de pessoas comuns e sem estímulo de qualquer instituição têm-se mostrado ser um método importante na busca de uma vida mais saudável de seus membros. Portanto, os chamados Pequenos grupos informais (PGI) são o resultado da ação autônoma e auto-organizada de seus participantes. Mesmo quando se realizam no âmbito de uma instituição formal, têm uma significativa autonomia em relação à estrutura institucional da qual fazem parte. As lideranças grupais emergentes são respeitadas pela instituição e, com isso, facilitam a continuidade da vida do grupo, tratando de seus interesses independentemente dos da instituição.

É da natureza dos pequenos grupos propiciar a interação direta entre as pessoas, possibilitando que todos se vejam e ouçam simultaneamente e que haja reconhecimento de suas singularidades. Para isso, é necessário que o número não seja tão grande que impeça essa possibilidade, sendo desejável que não exceda a quinze pessoas. Ele pode ser constituído formalmente a partir de uma demanda da coordenação, com respaldo institucional ou, informalmente, por desejo e motivação de seus membros. No primeiro caso, as pessoas são convidadas/convocadas por coordenadores, líderes formais respaldados pela instituição na qual se realiza o grupo, para um fim específico definido pela mesma. Nos informais, a organização se estabelece mediante dos acordos entre seus participantes, seja no tocante à coordenação, aos horários de reuniões, às regras de funcionamento, seja quanto a qualquer outro aspecto que se refira a sua existência.

Desse modo, a presente investigação teve por objetivo identificar os pequenos grupos informais existentes na PUCRS, descrever as suas características, incluindo as peculiaridades da organização e compreender os significados desses grupos para seus membros.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Os pequenos grupos informais (PGI) têm sido caracterizados pela significativa autonomia de seus membros em relação à instituição à qual pertencem e, conseqüentemente, pela liberdade para auto-organizar-se, definir suas metas e engendrar lideranças. Ainda têm a liberdade de dar continuidade à existência do grupo ou de determinar seu fim e, assim, definir seus objetivos e destinos (Bernardes, 1987; Glen, 1976). Nesses grupos, há um clima propício à emergência de lideranças informais, já que a formal, com o respaldo institucional, está ausente.

O PGI pode ser considerado um método adequado de trabalho para a operacionalização dos

desejos e/ou necessidades das pessoas. Há indicações de que esse recurso e o seu modo tradicional de operar facilitam a que as interações humanas tenham um mínimo de organização, possibilitando a delimitação do que é próprio desse conjunto de pessoas e do que não o é, estimulando a criatividade e o intercâmbio com outras coletividades (Anzieu, 1993; Baremlitt, 1994; Bion 1970; Lewin, 1948; Pichon-Rivière, 1994; Zimerman, 2007). Além disso, organiza as interações entre os participantes, viabilizando que os processos individuais e do grupo sejam canalizados para o objetivo comum dos seus participantes. O PGI tem-se mostrado um bom dispositivo que dá forma e eficácia às tentativas de auto-organização humana para alcançar determinadas metas (Alves & Seminotti, 2006; Seminotti, Borges & Cruz, 2004).

Nestas iniciativas coletivas, organizadas na forma de pequeno grupo como um sistema social, as pessoas, movidas por seus desejos e/ou necessidades, desenvolvem uma auto-organização, a fim de que suas ações comunitárias tenham coerência, sentido e estrutura (Morin, 2002). Assim, o PGI torna-se um método de ação mais acessível e eficaz para um conjunto restrito de pessoas que, por iniciativa própria, busca viabilizar suas necessidades e seus desejos comuns (Seminotti & Cardoso, 2007).

Nos processos ou na vida do PGI são definidos regramentos, valores, arranjos observáveis e implícitos, distribuição de papéis etc., denominados organizadores, que regulam as interações humanas de forma a possibilitar a vida coletiva. Entre eles, incluem-se os fundamentais e os explícitos, tais como dia, hora e local para reuniões, coordenação, normas de convivência e preceitos éticos que regem suas relações, bem como outras regras específicas de cada grupo (Marques & Seminotti, 2002). Além disso, entre essas, há ainda algumas das quais seus membros não têm consciência, como as fantasias e as representações que determinam, da mesma forma que as explícitas, o modo de ser do grupo e de seus membros (Anzieu, 1993; Kaës, 1995). A organização permite a continuidade do grupo, a consecução dos seus objetivos e a gratificação de seus participantes (Seminotti & Cardoso, 2007).

A coordenação de grupo, quando realizada por um especialista, se apoia nas referências teórico-técnicas, específicas da área de formação do/a coordenador/a. Quando não, respalda-se em características pessoais, tais como capacidade de liderar, experiência de vida e/ou teorias implícitas na *performance* do coordenador. Os participantes desses grupos têm tarefas explícitas e implícitas, expressas sob a forma do exercício de papéis e de relações. Além da tarefa do grupo, definem também um projeto a ser realizado em um certo prazo (Pichon-Rivière, 1994).

Quando o grupo é formal, seus organizadores procedem, de modo geral, da instituição e da coordenação que a representa. Entre eles, encontram-se, especialmente, a tarefa do grupo e o seu tempo de vida previamente estipulados; e a preponderância do líder formal, e as rotinas, e os procedimentos típicos da instituição na qual se realiza (Anzieu, 1993; Kaës, 1995; Pichon-Rivière 1994). Isso não significa que a formalidade desses grupos impeça o surgimento das auto-organizações, mas, nesse caso, os organizadores heterônomos tendem a prevalecer sobre os autônomos. As auto-organizações são o resultado da forma particular de ser de cada grupo. No entanto, as pessoas não prescindem de uma variedade de organizadores formais da instituição para alcançar a melhor forma de convivência em qualquer coletividade e cultura (Seminotti, Borges & Cruz, 2004).

Desde o ponto de vista da filosofia social, Castoriadis (1998) contribui com aportes para que melhor se compreenda a relação entre processo instituinte dos grupos informais e sua relação com a instituição. Para o autor, instituição é um conceito amplo, podendo ser um martelo, a língua de um povo, uma sociedade, um indivíduo ou uma organização empresarial. Segundo ele, o ser humano é, simultaneamente, um processo instituinte e uma instituição: de um lado, a dimensão imaginária e de outro, a identitária. Idealmente, estamos perenemente exercitando a possibilidade de transformar as instituições na busca de instituir o sonho, colocando-o em ação (Castoriadis, 1994, 1998).

Baremlitt (1994), operando com conceitos semelhantes, centra a atenção na idéia de que os grupos de trabalho constituídos em uma instituição são dispositivos que servem aos agentes que a ela pertencem, possibilitando o desenvolvimento de um processo instituinte. Supõe que uma pessoa habilitada, denominada *expert*, coordene o grupo e o ajude a desenvolver autoanálise e autogestão. O autor assevera que, no entanto, as iniciativas instituintes dos agentes de uma instituição muitas vezes são temidas pela mesma, constituindo-se, assim, como indesejáveis. “Os processos autogestivos são, para a organização do sistema, um câncer, uma peste [...] nada que seja mais temido e mais odiado pelo sistema social, [...]” (p. 23-24).

Em se tratando de um grupo autogestado e auto-organizado, sua forma instituída de ser — regras, moral, representações etc. — resulta mais da interação entre seus membros do que das normatizações provindas do meio externo ao grupo. Contudo, sua auto-organização sofre influência direta dos organizadores formais inerentes à instituição no âmbito da qual se realizam, havendo uma

tensão entre os auto-organizadores e os organizadores formais. Dessa forma, a organização peculiar de cada grupo é resultado da articulação entre as duas instâncias (Seminotti, Borges & Cruz, 2004).

Conforme Anzieu (1993), Kaës (1995), Seminotti, Borges e Cruz (2004), os membros dos grupos se auto-organizam apoiados em organizadores socioculturais, que codificam e normatizam a realidade psíquica: organizadores que procedem da vida intrapsíquica e organizadores do pequeno grupo informal, todos eles necessários para o bom funcionamento de um grupo.

## QUESTÕES DE PESQUISA

Considerando o exposto acima, estabelecemos como questões que nortearam nossa investigação as seguintes indagações: Qual o número de pequenos grupos informais que se realizam na PUCRS? Onde se realizam? Quais são as características dos participantes e dos coordenadores? Quais são os procedimentos de coordenação e que respaldo teórico-técnico lhes dão suporte? Qual a motivação dos coordenadores para se dispor a esta tarefa? Quais benefícios o grupo proporciona a seus participantes? Que razões e motivações levam as pessoas a esses grupos? Quais são os organizadores mais eficazes para cada grupo? Quais são os significados desses grupos para seus participantes e coordenadores?

## MÉTODO

Nesta pesquisa adotou-se um modelo misto de investigação. Os dados sociodemográficos foram analisados por estatística descritiva (Gil, 1999); para análise qualitativa utilizamos análise textual (Moraes & Galiazzi 2007) e para contemplar a análise da discussão dos grupos investigados, nos apoiamos em Moraes (2008). Os participantes foram coordenadores e membros dos grupos informais, identificados na PUCRS, e os dados foram coletados através de diário de campo e de questionários semiestruturados e de entrevistas com os coordenadores dos grupos. Da mesma forma, foram realizados grupos focais com os participantes dos grupos.

## ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Na fase inicial de pesquisa, identificamos e contatamos 20 PGI que se adequaram aos critérios definidos no projeto e entrevistamos os coordenadores. Os dados sociodemográficos, apresentados anexos, foram divididos em seis eixos, segundo os objetivos: Identificação do grupo, Objetivos do grupo, O grupo propriamente dito, Características do coordenador, Organização do grupo e Relação com

a instituição. Os resultados apresentados refletem uma integração entre os dados sociodemográficos e os obtidos por meio dos grupos focais e das entrevistas com os coordenadores.

Quanto às relações dos PGI com a instituição, a mesma tem conhecimento de quase todos (95%) os que se realizam (Tabela 1), pois, de acordo com os coordenadores, esses grupos precisam de um local concedido pela mesma (Tabela 2). Assim, ela tem conhecimento do grupo, e, além disso, a estrutura administrativa é um apoio indispensável para que ele sobreviva. No diário de campo, constatamos, porém, que a PUCRS, embora designe um lugar para a realização dos grupos, em sua maioria, não os tem cadastrados nas “gerências de espaços físicos” responsáveis por designar um local específico para a realização de atividades regulares da instituição. Conforme esses registros do diário de campo e dos grupos focais, os participantes de um dos grupos e a PUCRS acordaram sobre o uso de uma sala, mas, ainda que a tenham recebido, na porta da sala não há indicação de que o grupo se realize ali. Além disso, o coordenador, para indicar onde o grupo se encontra, diz: “na única sala sem número, no corredor X”. Este é um indício, entre outros, de que os acordos entre os PGI e a instituição são apenas verbais e informais. Mesmo assim, há uma parceria que traz benefícios a todos os envolvidos. A PUCRS, por meio deles, cumpre parte de seu projeto de responsabilidade social ao esperar que os PGI realizem atividades que não fazem parte de suas rotinas relativas a este quesito.

O fato de a instituição disponibilizar sua estrutura para a realização da maior parte dos grupos informais parece indicar, também, uma relação cooperativa entre ambos. Sugere que há uma política de “boa vizinhança” e de respeito, expressa nas palavras dos coordenadores, quando afirmam que, no caso de término do grupo, embora 85% não creiam ser necessário comunicar à instituição (Tabela 3), 40% deles o fariam (Tabela 4).

Como indicamos, do ponto de vista pragmático, a PUCRS se beneficia com os trabalhos dos PGI, os quais são eficientes em atender à uma demanda social, a necessidade de novas abordagens teóricas e vem dar atenção a problemas comunitários não contemplados por ela. Identificamos que as pessoas constituem PGI com o intuito de abordar assuntos, tais como espiritualidade nas rotinas médicas, direito alternativo, trabalhos voluntários com comunidades carentes, afirmação de grupos étnicos e ações políticas estudantis, temas que não fazem parte das rotinas da PUCRS em sala de aula, no hospital, nos programas de pós-graduação etc.

As pessoas que fazem parte dos PGI pertencem à comunidade interna da PUCRS, ou à externa, em proporções semelhantes (Tabela 5). Esse dado parece sugerir que a comunidade externa reconhece que há na PUCRS caminhos para operacionalizar o desejo de participação social. Desse modo, constituem-se grupos com finalidades diversas, como, por exemplo: grupo das voluntárias da mama, exercício da cidadania, humanização, gratuidade, da pastoral, grupos de meditação etc. Os participantes dos PGI que provêm da comunidade interna têm como motivação principal a constituição de grupos, ou seja, a necessidade de discutir questões que a universidade não contempla. Os participantes que vêm de fora da PUCRS reconhecem esse tipo de grupo como uma maneira de colocar seus desejos de participação social em ação: “a minha finalidade é solidariedade humana; a minha função, dentro da associação, é ajudar o ser humano a ter mais confiança na sua recuperação; a minha função [...] voluntária é que ela tenha esperança de que ela vai sair dali, prá melhor”.

Os participantes que não pertencem à instituição, conforme afirmam no grupo focal, encontram no grupo seus pares para discutir e encaminhar soluções aos objetivos pessoais que se propõem. O PGI é continente para os desejos e o método/caminho para encaminhar ações no sentido de colocá-los em prática: “[...] nós discutimos, nós argumentamos, [...] porque tu sozinha, [...] tu pode tomar uma atitude errada, [...] [no grupo] se chega a um denominador comum sobre o melhor caminho”. O grupo se mostra aqui como um campo social onde o indivíduo constrói sua existência, participa na constituição social (Lewin, 1948), assim como um método para colocar em prática as dimensões imaginária e identitária (Castoriadis, 1994).

Verificamos, também, que, além da necessidade da concessão de espaço físico pela instituição, há o desejo de que os PGI sejam reconhecidos por ela como expressão de ações que dão sentido aos anseios de seus participantes. Alguns, especialmente, pretendem construir um grupo que se constitua em uma força política com o objetivo de obter reconhecimento pela PUCRS como grupos identitários, que defendem valores, etnias e ideologias (Tabela 6).

Do ponto de vista da organização da vida ou do processo do grupo (Seminotti, Borges & Cruz, 2004) nos PGI, pela natureza descrita, os participantes não contam com organizadores formais da instituição para estruturar seu processo. Isso significa que não recebem, *a priori*, uma tarefa, metas etc., nem mesmo um líder designado pela instituição da qual fazem parte, para arranjar a vida do grupo. Sendo assim, os organizadores grupais emergem no

próprio processo, possibilitando que o grupo sobreviva e atinja seus objetivos implícitos e explícitos (Pichon-Rivière, 1994). Esses objetivos, definidos pela própria natureza do grupo, são produções desejadas pelos participantes e servem, ao mesmo tempo, para se dar a conhecer à instituição e dela obter um reconhecimento como um grupo a ser respeitado.

Ainda acerca da organização dos processos grupais (Anzieu, 1993; Fernández, 1989; Kaës, 1995; Seminotti, 2007; Seminotti, Borges & Cruz, 2004), observamos que os PGI são atravessados pelos organizadores formais da instituição, que se articulam com os que emergem em seu próprio processo. Essa relação revela-se complexa, considerando que alguns PGI pretendem ver sua atividade incluída nas rotinas administrativas da PUCRS e outros já deixaram sua condição de informalidade inicial e passaram efetivamente a fazer parte delas, porém continuam existindo com autonomia pelo esforço dos participantes. Todavia, necessitam enquadrar-se nas rotinas, nas normas e nos procedimentos rotineiros institucionais e são, por essa razão, significativamente influenciados em sua organização com prejuízo da informalidade e dos modos de ser singulares que os caracterizavam no nascedouro.

Por outro lado, alguns grupos querem manter-se informais e mesmo clandestinos. Outros, que chegamos a localizar, não quiseram participar da pesquisa. Houve ainda os que participaram, mas manifestaram relutância em fornecer as informações solicitadas pelos pesquisadores que, implicitamente, representam a instituição.

A relação dos participantes dos PGI com os pesquisadores suscita outras compreensões. Os dados sugerem que os coordenadores se mostraram receosos em revelar informações aos pesquisadores sobre o seu modo de coordenar os grupos. Segundo as informações coletadas, isso se deve ao fato de os pesquisadores representarem a academia e de a maioria dos coordenadores não possuir qualquer tipo de formação específica para tanto (Tabela 7). Conforme se constata na tabela 8, 70% dos coordenadores declaram não possuir referencial teórico em sua tarefa de coordenar grupos. Esses dados põem em dúvida o modo acadêmico de formação de coordenação de grupos comumente sugerido, pois, mesmo sem o respaldo de uma teoria, mostram-se eficazes em sua tarefa, contribuindo diretamente para discussão sobre a formação dos coordenadores. Queremos dizer que, ainda que sem formação, mantêm a continuidade da vida do grupo, sendo este um indicador relevante, como pôde ser observado na tabela 9. Verifica-se que 55% dos grupos têm mais de 1 ano de existência e, embora não se pautem pelos saberes

acadêmicos, isto é, pelas proposições teórico-técnicas ensinadas na academia sobre coordenação de grupos, mantêm a vida do grupo por um bom tempo.

A análise dos dados sugere que eles se respaldam mais em sua capacidade de liderar, em sua experiência de vida e em teorias subentendidas, sem preocupação com conhecimentos acadêmicos. Para Jovchelovitch (2008), contemporaneamente, não se concebe hierarquia que estabeleça valores de maior grandeza aos saberes acadêmicos em relação aos populares ou do senso comum. Tanto uns quanto outros apresentam validade, principalmente quando é possível integrá-los de modo que se apoiem e reforcem mutuamente na prática da investigação sistemática dos fatos psicossociais, tais como os fenômenos de grupo.

Segundo constatamos, criados e instituídos os grupos informais, se estabelece uma relação de tensão interna no grupo e outra com a instituição da qual fazem parte. São dois tipos de tensão: uma entre a dimensão imaginária e identitária dos próprios participantes do grupo (Castoriadis, 1994, 1998) no âmbito do próprio grupo informal e a outra entre a institucionalidade inerente aos grupos e a formalidade da instituição. Essa tensão surge com a emergência do grupo que, ao nascer, define o de dentro e o de fora, isto é, o que lhe é próprio, o que se pode fazer e o que não se deve, e estabelece compromissos, horários, pautas e tarefas. Supunham, dizem os participantes dos grupos, que ali tudo seria acolhido, haveria simpatia e ajuda irrestrita. Independentemente do que pensassem ou viessem a fazer, encontrariam, na comunidade-grupo, o aconchego incondicional que não existe no cotidiano frio e competitivo da instituição e da sociedade de modo geral (Bauman, 2003). Observa-se aqui a *ilusão grupal*, conforme a denomina Anzieu (1993); há um clima que leva as pessoas a supor que seu desejo encontrará satisfação plena no contexto grupal. Na prática, porém, a diversidade de lógicas individuais suscita o conflito, a necessidade de reflexão sobre o processo do grupo, a negociação com outro e, eventualmente, a necessidade de negligenciar alguns produtos emergentes no grupo que não são toleráveis, porque promoveriam desorganizações além do que seus membros poderiam tolerar para reorganizá-lo. Com isso, engendram uma relação tensa inevitável e inerente à vida do grupo, quando nele é desejada e reivindicada a diversidade como um direito legítimo. Os sonhos, para que possam ser postos em prática, precisam ser institucionalizados. O imaterial/imaginário é acolhido e constrangido pela dimensão institucional da linguagem, das rotinas, das normas, dos regramentos etc. (Castoriadis, 1989).

Diante da dificuldade de articular as duas dimensões, ora os grupos se deixam levar pelo “espontaneísmo”, sem programar as etapas, as tarefas, a renovação de lideranças; ora se deixam organizar mais pelos organizadores institucionais: “A gente não conseguiu sentar para programar, assim, então, no primeiro semestre, foram três eventos, né, mas foi assim, a divulgação, tudo [...] ocorreram problemas nossos, assim, né?”

Do ponto de vista da psicologia de grupo, a institucionalização da vida coletiva tem sido nomeada como *organizadores dos processos grupais*, conforme mencionamos acima. Esses processos, as relações que fluem no grupo ou na sua vida, que não são visíveis ou observáveis por si mesmos, precisam de alguns indicadores/marcadores, acordados previamente pelos que os analisam, para serem reconhecidos (Alves & Seminotti, 2006). Alguns conceitos de grupo, que fazem parte da tradição dessa psicologia, tais como mentalidade de grupo (Bion, 1970), tarefa, pertença, pertinência etc. (Pichon-Rivière, 1994), campo social (Lewin, 1948), são organizadores da vida do grupo e permitem que o observador descreva um determinado padrão de organização dele e o analise.

Desde a perspectiva dos participantes, suas interações produzem processo/fluxos que os levam para destinos incertos e não sabidos. Essa grupalidade líquida, desejável e temida invoca a necessidade de organizadores que possam nomear o que surge no grupo, às vezes denominada *coisa*, permitindo a comunicação entre os indivíduos que a ele pertencem (Seminotti & Cardoso, 2007). Os organizadores, como assinalamos, constroem e limitam os sonhos singulares e coletivos que motivaram a organização e a auto-organização do grupo, mas são necessários para a sua vida. Essa tensão entre os sonhos e a instituição ou entre os processos e os seus organizadores é narrada pelos participantes do grupo ao se referirem às rotinas: “[...] o grupo precisa ser institucionalizado. Você tem que transformar em algo que seja importante para a instituição, reconhecido pela instituição, né...?” “[...] no momento que existe uma certa organização dentro do grupo [...] tu passa a precisar de uma certa validação institucional até para poder viabilizar certos objetivos [...]”

Se, de um lado, ao instituir-se, é reduzida a complexidade gerada na diversidade e, com isso, as infinitas possibilidades do sonho; de outro, os sonhos, se não forem institucionalizados, não passam de devaneios. Inclusive, às vezes, é indispensável, afirmam os participantes dos grupos, apoiarem-se nos procedimentos instituídos rotineiramente para que o PGI siga com vida. O problema entre a dimensão identitária e imaginária ocorre, sugere Castoriadis (1998), quando

a instituição, gerada pela primeira dimensão, sobrepassa a dimensão imaginária e instituinte do ser humano. Se, no entanto, a dimensão instituinte se mantém viva, o processo instituinte reverá o instituído, criando outra instituição que possa contemplar o imaginário radical emergente.

Acerca dessa relação entre processo instituinte e instituição (Baremblytt, 1994; Castoriadis, 1989) ou entre processo e organização da vida do grupo, verificamos exemplos de grupos que não foram além da segunda reunião, porque não conseguiram uma estrutura mínima, nem mesmo uma pessoa que exercesse o papel de líder para o grupo se manter vivo. Outros, contudo, continuam existindo, claramente estruturados, com agenda, rotinas, local fixo de reunião e temas rotineiros. Alguns são citados como existentes apesar de sua informalidade. Dentre esses, por exemplo, há os que se constituem para conversar sobre filosofia, política, literatura, sem qualquer outro objetivo que não seja a discussão. De acordo com alguns participantes, a informalidade é preferida, pois temem que a tentativa de institucionalizá-los possa resultar na dissolução dos mesmos. Ainda, durante a pesquisa, recebemos indicação de grupos informais com estruturação muito elementar, quer dizer, mesmo com objetivos comuns, não dispunham de rotinas, de horários ou de local fixo para suas reuniões.

A pesquisa revela que um objetivo implícito dos participantes diz respeito ao seu desejo de pertencer a um grupo. Ele é um espaço continente, para colocar em ação valores orientadores de suas vidas, tais como: gratuidade, gratidão e humanização. O fato de haver idéias e propostas comuns entre os componentes do grupo informal gera sentimentos de pertença e de identidade, isto é, a constituição de um sentimento de coletividade, traduzido pelo uso da primeira pessoa do plural, o *nós*, entre os mesmos (Pichon-Rivière, 1994, Seminotti & Cardoso, 2007). Assim, na medida em que o grupo perdura, fortalecem-se os laços afetivos entre seus participantes. Passam a estabelecer relações de amizade e a encontrar-se fora das reuniões do grupo, quando aprofundam o conhecimento, uns em relação aos outros.

As informações que obtivemos permitem compreender os significados que têm os grupos para seus participantes. Dão a conhecer que é uma maneira de exercer cidadania, pois, nos grupos, encontram seus pares, se sensibilizam com os problemas humanos e definem ações para resolvê-los. Os grupos, como pequenas comunidades, constituem um método/caminho que permite ter contato com essas questões sociais e buscar encaminhamentos a elas (Seminotti & Cardoso, 2007). Segundo Jovchelovitch (2008), são unidades de análise e de intervenção na sociedade.

No âmbito dos grupos, os participantes desenvolvem sensibilidade e uma potência que os capacita a ajudar os beneficiários das ações comunitárias, inclusive estimulando-os a manifestar sua gratidão pelo cuidado a eles dedicado. Com isso, respondem que o significado de participar do grupo é dar sentido a suas próprias vidas e à vida daqueles a quem ajudam: “então eu tento passar isso [...] alguma coisa também de humanização, solidariedade. Ir lá, dar apoio também, agradecer”.

Ainda no que se refere ao sentido dos grupos para seus participantes, essa vivência, às vezes, produz rupturas com suas próprias famílias. Estas manifestam preferir que, ao invés das ações comunitárias, os participantes permanecessem em casa, nas rotinas conhecidas, como, por exemplo, ver televisão, beber ou fumar. Os participantes, ao referirem-se a este problema com suas famílias, o atribuem ao fato de não receberem retorno financeiro relativo a seus trabalhos voluntários e ser este o motivo da queixa familiar. O grupo é considerado por eles como continente para colocar em ação seus próprios valores, bem como apoio para a ruptura de crenças consolidadas na família e instituídas socialmente: “as próprias famílias dos grupos não aceitam os voluntários trabalharem sem ganhar nada, mas aceitam que a gente perca a vida na frente da TV e ninguém diz nada”.

Esses mesmos dados ajudam-nos a entender as motivações das pessoas para fazer parte de PGI. Relatam que estar em um grupo dessa natureza permite desenvolver alguns projetos pessoais, dar atenção a temas que a universidade não contempla e exercer ações comunitárias que, sem o grupo e o apoio institucional, seriam impossíveis. O pequeno grupo é um espaço de reflexão, de acolhimento e de apoio para ações individuais, que são, ao mesmo tempo, resultado de movimentos coletivos. De outro lado, os PGI, ao serem realizados no âmbito da PUCRS, recebem respaldo institucional de todo o tipo, garantindo a possibilidade do reconhecimento e de legitimação de suas reflexões sobre determinados temas e ou ações específicas acerca de problemas bem definidos.

Analisando as motivações dos coordenadores e dos participantes para constituir os PGI, constatamos que, ao se envolverem em projetos desse tipo, procuram dedicar-se a algo novo que possa promover reflexões e ações diferentes das rotineiras, assim como ter uma experiência inovadora e, quem sabe, tornar-se um líder, no caso dos coordenadores. Além disso, os participantes revelam objetivos mais elaborados, como promover justiça, reconhecimento de grupos identitários e humanizar-se. Afirmam que, com o grupo, encontram novos caminhos. Pode-se compreender,

então, que pertencer ao grupo é uma forma de exercitar novos valores. A análise do material empírico revela que o que há de comum entre os grupos é a ruptura de conceitos instituídos, tradicionais e a proposta de caminhos novos, fora do instituído, rompendo com os valores vigentes.

Há, além disso, um sentimento de gratidão e de reconhecimento dos coordenadores à instituição, já que ela oferece uma estrutura administrativa que acolhe os grupos. Entretanto, existe, de outro lado, um temor em serem fiscalizados pela instituição e mesmo pelos pesquisadores que pertencem a um Grupo de Pesquisa e, portanto, representantes da instituição. Nota-se, assim, uma ambivalência: desejam ser reconhecidos pela PUCRS e, ao mesmo tempo, manter certa liberdade. “Não adianta existir [...] É a idéia do reconhecimento. Tem que haver um reconhecimento externo. Não basta a partilha interna, tem que ter um reconhecimento”. Mas, contrariamente ao que afirma Barembliitt (1994), não constatamos uma prevalência de temores na instituição acerca de possíveis ameaças à organização e, sim, uma relação de cooperação ou de parceria entre a instituição e os PGI. Percebe-se que a instituição valoriza a capacidade dos grupos informais em atender necessidades que esta não consegue suprir.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os participantes dos PGI os constituem movidos por sonhos e se auto-organizam para contemplar necessidades e desejos não atendidos pela instituição. Eis que, no entanto, ao institucionalizar seus desejos, geram outros problemas já que o grupo, em certos momentos, subtrai em parte a força do desejo. Ao mesmo tempo, deparam-se perenemente com expectativas frustradas, desânimos, abandonos de membros do grupo, necessidade de renovar lideranças, de rever as relações com a instituição PUCRS, a fim de evitarem maiores conflitos internos ameaçadores à vida do grupo.

Para isso, precisam encontrar organizadores que melhor respondam às necessidades do momento de sua vida. Quer dizer, as relações, os fluxos e os devires da vida do grupo precisam ser acolhidos, por exemplo, por palavras que expliquem o que está havendo e dêem maior tranquilidade a seus membros, permitindo redirecionar os objetivos para retomar a motivação inicial e relembrar os desejos que fundaram o grupo, resgatando a coesão que havia lá no início. Significa que os participantes, ao mesmo tempo em que se entregam e são levados pela vida do grupo, precisam refletir sobre ela, nomeá-la e propor outros ordenamentos para que o mesmo siga existindo. Fazem-no autonomamente, pois não contam com os

saberes de alguém que conheça os fundamentos de um grupo e que possa explicar seu processo, nem com o poder de um especialista que dirá qual a melhor solução para cada momento.

Parece que, ao criar ou participar de um grupo, as pessoas saem do anonimato institucional e ganham um reconhecimento dentro e fora de seu grupo de pertença. Assim, o PGI permite a vivência de valores pessoais e o protagonismo de seus componentes, mas, ao mesmo tempo, torna-se motivo de conflitos às vezes tão profundos que podem levar o grupo a sua dissolução: “Se a idéia, no grupo, é de protagonismo, então, todo mundo tem voz. Se todo mundo tem voz, então, daqui a pouco começa a sair faísca”.

Diante disso, precisam deixar em segundo plano os desejos e as necessidades particulares e focar-se nos do grupo e nas tarefas daí derivadas. Em momentos críticos, as diferenças e os interesses individuais têm que ser colocados em foco secundário, privilegiando os do grupo, para que o mesmo sobreviva.

Constatamos que os PGI da PUCRS são uma realidade movediça e flutuante. Alguns não foram além do desejo de formalizar um grupo, fenecendo já nos primeiros encontros. Outros se mantêm graças a uma parceria bem definida com a unidade da PUCRS, onde se realizam. Depois de encerrarmos a coleta de dados, soubemos que surgiram outros grupos informais. De outros, tomamos conhecimento, mas não tivemos acesso às pessoas que deles fazem parte. Por exemplo, embora tenhamos notícia de que havia alguns grupos compostos por funcionários, não foi possível acessá-los.

Reverendo os objetivos que tínhamos na pesquisa, podemos constatar que temos algumas respostas relativas às relações dos grupos informais com a instituição sobre o significado desses grupos para os participantes, as compreensões a respeito dos organizadores dos processos de grupo e o conhecimento relativo às características desses grupos e de seus coordenadores.

Ainda que 85% dos coordenadores não tenham conhecimento teórico de psicologia dos grupos, assim mesmo exercem a coordenação dos seus grupos, 45% dos mesmos apresentando uma durabilidade de até 1 ano e 55%, mais de 1 ano. Dessa constatação, surgem algumas perguntas: Para que serve o que ensinamos na academia, se os coordenadores conseguem dar continuidade à vida do grupo sem eles? A habilidade em coordenar grupos depende mais de habilidades pessoais e menos de apropriação de conhecimentos? Os saberes populares sobre grupos são suficientes para coordená-los? A continuidade da investigação possivelmente nos fornecerá mais subsídios para responder a essas questões.

PGI, assim como os da PUCRS, existem em outras organizações: nas empresas, nos movimentos sociais, nas redes de saúde pública. Ao mesmo tempo em que as instituições tratam de institucionalizar a vida existente nelas, as pessoas mantêm aceso o imaginário radical capaz de produzir reflexões sobre a vida identitária e propor reinstitucionalização ao seu processo instituinte. Do ponto de vista da instituição PUCRS, parece haver um estímulo e um apoio para que a dimensão imaginária possa exercer-se mediante a constituição dos grupos informais. Não constatamos ações de constrangimento às atividades desses grupos, senão que, em sua maioria, os mesmos recebem apoio material ou administrativo para a continuidade de sua existência.

## REFERÊNCIAS

- Alves, M. C. & Seminotti, N. (2006). O pequeno grupo e o paradigma da complexidade em Edgar Morin. *Psicologia USP*, 17, 113-133.
- Anzieu, D. (1993). *El grupo y el inconsciente: lo imaginario grupal*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Baremblyt, G. (1994). *Compêndio de análise institucional e outras correntes*. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos.
- Bauman, Z. (2003). *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Bernardes, C. (1987). *Sociologia aplicada à administração: o comportamento organizacional*. São Paulo: Atlas.
- Bion, W. R. (1970). *Experiências com grupos: os fundamentos da psicoterapia de grupo*. Rio de Janeiro: Imago.
- Castoriadis, C. (1989). *La institución imaginaria de la sociedad 2*. Barcelona: Tusquets.
- Castoriadis, C. (1994). *Los dominios del hombre: las encrucijadas del laberinto*. Barcelona: Gedisa.
- Castoriadis, C. (1998). *El ascenso de la insignificancia*. Madrid: Cátedra.
- Fernández, A. M. (1989). *El campo grupal: notas para una genealogía*. Buenos Aires: Nueva Visión.
- Gil, A. C. (1999). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas.
- Glen, F. (1976). *Psicologia social das organizações*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Jovchelovitch, S. (2008). *Os contextos do saber: representações, comunidade e cultura*. Petrópolis: Vozes.
- Kaës, R. (1995). *El grupo y el sujeto del grupo: elementos para una teoría psicanalítica del grupo*. Buenos Aires: Amorrortu.
- Lewin, K. (1948). *Problemas de dinámica de grupo*. São Paulo: Cultrix.



- Marques, J. & Seminotti, N. (2002). O grupo como esperança renovada e construção da cidadania. *Psicologia Argumento*, 31 (20), 11-19.
- Moraes, M. L. A. (2008). A análise de conteúdo na leitura e interpretação do discurso grupal. Em Scarparo, H. (Org.) *Psicologia e pesquisa: perspectivas metodológicas*. Porto Alegre: Sulina.
- Moraes, R. & Galiuzzi, M. do C. (2007). *Análise textual discursiva*. Ijuí: Unijuí.
- Morin, E. (2002). *Ciência com consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Pichon-Rivière, E. (1994). *O processo grupal*. São Paulo: Martins Fontes.
- Seminotti, N. (2007). Los pequeños grupos: el tránsito del individuo/sujeto entre los subgrupos. *Clínica y Análisis Grupal*, 29, 45-56.
- Seminotti, N. & Cardoso, C. (2007). As configurações vinculares no pequeno grupo potencializando e/ou limitando seu processo. *Vínculo*, 4 (4), 26-37.
- Seminotti, N.; Borges, B.G. & Cruz, J.L. (2004). O pequeno grupo como organizador do ambiente de aprendizagem. *Psico-USF*, 2 (9), 181-199.
- Zimerman, D. (2007). *Fundamentos básicos das grupoterapias*. Porto Alegre: Artes Médicas.

## ANEXOS

**Tabela 1 Conhecimento da instituição em relação à realização dos grupos**

Alternativas	Percentual(%)
1. Não	5
2. Sim	95
Total	100

**Tabela 2 – Local da realização do grupo**

Alternativas	Percentual
1. Fornecido pela Instituição	75
2. Não fornecido pela Instituição	25
Total	100

**Tabela 3 – Ter o consentimento da instituição para terminar um grupo**

Alternativas	Percentual(%)
1. Não	85
2. Sim	15
Total	100

**Tabela 4 – Necessidade de comunicar a instituição no caso de término do grupo**

Alternativas	Percentual(%)
1. Não	60
2. Sim	40
Total	100

**Tabela 5 – Origem dos participantes**

Alternativas	Percentual(%)
1. Comunidade interna	55
2. Comunidade interna e externa	45
Total	100

**Tabela 6 – Natureza dos Grupos Informais**

Alternativas	Percentual(%)
1. Ações comunitárias	30
2. Religiosos	30
3. Ideológicos	20
4. Grupos de estudos	20
Total	100

**Tabela 7 – Formação na coordenação ou trabalhos com grupos**

Alternativas	Percentual(%)
1. Não	85
2. Sim	15
Total	100

**Tabela 8 – Utilização de referencial teórico para coordenar o grupo**

Alternativas	Percentual(%)
1. Não	70
2. Sim	30
Total	100

**Tabela 9 – Tempo de existência do grupo**

Alternativas	Percentual(%)
1. 0 a 12 meses	45
2. 12 a 24 meses	10
3. 24 a 36 meses	10
4. 48 a 60 meses	25
5. Mais de 60 meses	10
Total	100

*Recebido em agosto de 2008*

*Reformulado em abril de 2009*

*Aprovado em maio de 2009*

#### **Sobre os autores:**

**Prof. Dr. Nedio Seminotti** é professor da Graduação e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Psicologia PUCRS, coordenador do grupo de pesquisa Processos e Organizações dos Pequenos Grupos.

**Profa. Dra. Maria Lúcia Andreoli de Moraes** é Doutora em Psicologia pelo PPG Psico PUCRS, Professora no curso de Graduação Psicologia PUCRS, pesquisadora associada ao Grupo de Pesquisa Processos e Organizações dos Pequenos Grupos do PPG Psicologia PUCRS. Profa. tutora do Programa de Educação Tutorial – PET – Psicologia PUCRS.

**Flavia Rocha** é graduanda do 10º Nível da Faculdade de Psicologia e foi bolsista de Iniciação Científica desde 2005 até 2007.